

Ministro defende poupança interna

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, defendeu a necessidade urgente de se repensar um programa econômico financiado com a poupança interna, porque dificilmente haveria o retorno do financiamento externo fácil como ocorreu na década de setenta. "Mas o Estado disse, absorve hoje mais de 66% da poupança privada no País".

"É preciso repensar o papel do Estado na economia brasileira, de criar condições para que o reingresso do Brasil no mercado financeiro internacional, preparar para lançar as bases de um crescimento sustentado na década que se aproxima". Segundo o ministro é necessário modernizar o parque industrial, liberalizar o comércio exterior e reduzir o papel do Estado, incluindo medidas corajosas de privatização e revisão de subsídios e incentivos.

"Mas é ilusório imaginar que um País sozinho possa mudar todo o sistema. O estágio de desenvolvimento atingido pela economia brasileira não permite seu isolamento, sob pena de sério risco de retrocesso", afirmou. Para isso, insistiu ele "no caminho da negociação, e de conciliação entre a necessidade de crescimento interno e o cumprimento de nossos compromissos externos".

E a URP?

A fala do ministro da Fazenda foi seguida pela interpelação do senador Carlos Chiarelli, que, depois de elogiar seu pronunciamento observou que "infelizmente o ministro expôs um tema para o qual não foi solicitado a falar". Chiarelli cobrou do ministro a responsabilidade pelo congelamento da URP (Unidade de Referência de Preços), punindo os servidores públicos mais humildes, já que, observou, não existe isonomia de salários, nem igualdade de tratamento para os servidores.

Em seguida, comparou declarações do ministro da Fazenda e do ministro da Administração, pelos jornais, sobre o peso da folha de salários do serviço público nas receitas da União, obrigando Mailson a demonstrar através de explicações contábeis que "o Gover-

no não tirou salário de ninguém apenas reduziu de 40% para 5% os ganhos reais de salários dos servidores, para evitar que a folha de pagamento estourasse a receita líquida disponível (menos as transferências, e fundos)." Chiarelli replicou mostrando dados do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas (Dieese) que demonstrava perdas salariais com a simples utilização da URP.

Emissão

Mailson insistiu que, de acordo com dados da Secretaria do Tesouro, se o Governo resolvesse pelo não congelamento da URP dos servidores, ele teria de emitir moeda, o que significaria repassar para a sociedade civil os custos dessa dívida, já que 81% dela encontra-se nas mãos da pessoa física, e não de

instituições financeiras privadas, como se imagina.

Mailson contestou também as observações do senador José Fogaça sobre a retirada do subsídio do trigo, defendendo o acordo, envolvendo o produto com a Argentina, sob a alegação de economias comuns trazem sempre maiores benefícios que o isolamento. Contestou ele também a existência dos subsídios ao álcool, dizendo que ele vem sendo extinto desde outubro do ano passado.

Ao finalizar sua exposição, Mailson disse que a negociação da dívida não se esgota em uma ou duas etapas: "Ela é um processo recorrente, e por isso mesmo exige firmeza de posições, continuidade e credibilidade política econômica, e acima de tudo determinação política para fazer frente aos desafios".